

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 162 – 31/08 à 04/09/2020

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[STF decide que contribuição previdenciária patronal incide no terço de férias](#)

Supremo Tribunal Federal - 02/09/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre o terço constitucional de férias. Por meio do plenário virtual, a maioria dos ministros da Corte proveu parcialmente o Recurso Extraordinário (RE) 1072485, com repercussão geral ([Tema 985](#)), interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que considerou indevida a incidência da contribuição sobre a parcela.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF julgará possibilidade de revisão cálculo de benefício previdenciário com base em regra mais vantajosa](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/08/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar Recurso Extraordinário (RE 1276977) que trata da possibilidade da aplicação de regra mais vantajosa à revisão de benefício previdenciário de segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes da publicação da Lei 9.876/1999, que criou o fator previdenciário e alterou a forma de apuração dos salários de contribuição para efeitos do cálculo dos salários de benefício. Por unanimidade, o Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral ([Tema 1102](#)).

[Direito sindical é o tema do mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/09/2020

O Tema do Mês de setembro da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “Temas de Direito Sindical”. A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST. O contexto da pandemia e da crise econômica e sanitária reforça ainda mais a importância do assunto.

[Pedido de demissão de gestante não afasta direito à estabilidade provisória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/09/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou nulo o pedido de demissão de uma atendente da XYT Alimentos Ltda., restaurante de culinária chinesa no Shopping Metrô Boulevard Tatuapé, em São Paulo (SP), feito quando ela estava grávida. O colegiado se baseou no entendimento consolidado no TST para reconhecer o direito da trabalhado-

ra à estabilidade provisória no emprego até cinco meses após o parto.

### [Especial: acordos trabalhistas durante a pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/08/2020

Os procedimentos de conciliação e mediação são parte intrínseca da Justiça do Trabalho. Durante a pandemia atual, decorrente do coronavírus, eles têm se mostrado uma forma de solução consensual rápida e efetiva para diversos conflitos entre empregados e patrões. Para entendermos mais sobre o assunto, o Tribunal Superior do Trabalho elaborou esta matéria temática, com os principais aspectos dessa prática.



## Notícias do Executivo

### [Especialistas explicam legislação do BEm em evento transmitido ao vivo](#)

Ministério da Economia - 03/09/2020

O Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm) foi tema do primeiro webinar da série 'Proteja o Trabalho' sobre medidas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 no país. A atividade, realizada nesta quinta-feira (3/9) e transmitida ao vivo pelo canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho no Youtube, buscou explicar a legislação e tirar dúvidas de trabalhadores e empregadores.

### [INSS inicia notificação de beneficiários após revisão administrativa](#)

Ministério da Economia - 03/09/2020

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a notificar, nesta semana, segurados que tiveram seus benefícios revisados administrativamente e, após o procedimento, foi verificada a necessidade de reavaliação dos documentos que embasaram a concessão do benefício. A revisão é amparada pelo art. 69, da Lei nº 8.212/91. Em todo o país, 1,7 milhão de beneficiários – de todas as espécies de benefício – serão notificados por meio de carta de cumprimento de exigência.

### [Previdência autoriza pagamento da diferença sobre adiantamento dos auxílios por incapacidade temporária](#)

Ministério da Economia - 03/09/2020

Os segurados da Previdência Social que receberam antecipação do auxílio por incapacidade temporária (antes chamado auxílio-doença) terão o benefício reconhecido em definitivo. Com essa medida, aqueles que receberam o adiantamento, no valor de um salário mínimo, mas teriam direito a um benefício maior, receberão a diferença sem a necessidade de novo requerimento.

## [Bolsa de Qualificação Profissional já pode ser requerida online](#)

Ministério da Economia - 02/09/2020

Como resultado de parceria tecnológica entre a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e a Dataprev, foi lançada a solução para que os empregadores possam transmitir, por meio digital, os dados necessários para acesso à Bolsa de Qualificação Profissional por seus empregados, por meio de novo módulo do portal [Empregador WEB](#).

## [Transação por adesão e transação extraordinária são prorrogadas até 30 de setembro](#)

Ministério da Economia - 01/09/2020

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou o [Edital de Transação nº 6](#), de 28 de agosto de 2020, e a [Portaria nº 20.162](#), 28 de agosto de 2020, que prorrogam o prazo das modalidades de transação por adesão e de transação extraordinária, respectivamente. Para aderir às propostas de transação, o contribuinte deve acessar o [portal REGULARIZE](#) e selecionar o serviço Negociação de dívida > Acessar o Sispar > clicar no menu Adesão > opção Transação.

## [Novas regras que simplificam abertura de empresas no país entram em vigor](#)

Ministério da Economia - 01/09/2020

Abrir uma empresa no país está mais fácil. Nesta terça-feira (1º/9), entram em vigor novas normas que tornam mais simples as regras para abertura de empresas no Brasil. As medidas foram aprovadas pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) e seguem os princípios da Lei de Liberdade Econômica.

## [Receita Federal prorroga até 30 de outubro regra que flexibiliza entrega de documentos em cópia simples](#)

Ministério da Economia - 31/08/2020

Para facilitar a recepção documental, sem proximidade física ou interação entre pessoas, a Receita Federal do Brasil (RFB) prorrogou, até o próximo dia 30 de outubro, a regra que permite a entrega de documentos em cópia simples para alguns serviços, por meio de e-mail ou envelopes. O contribuinte pode consultar o [site da RFB](#) para verificar os canais de atendimento definidos para cada serviço solicitado.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Justiça do Trabalho suspende cláusulas de convenção coletiva que desrespeitam cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/09/2020

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe (MPT-SE) obteve liminar favorável em ação anulatória de cláusulas convencionais em face do Sindicato dos Empregados em Empresa de Segurança, Vigilância, Transporte de Valores, Eletrônica e Similares do Estado de Sergipe (Sindivigilante-SE) e do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp-SE). A decisão da Justiça do Trabalho determinou a suspensão da aplicabilidade das cláusulas 17ª e 18ª da Convenção Coletiva de Trabalho de 2020, que reduzem a base de cálculo das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

[MPT demonstra preocupação em nota pública com revogação de portaria do governo que incluía a Covid-19 em lista de doenças ocupacionais](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/09/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou nesta terça-feira (2) nota pública na qual demonstra preocupação com a edição da Portaria 2.345/2020, do Ministério da Saúde, que revogou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), publicada no dia anterior (1º) no Diário Oficial da União (DOU) e que incluía a Covid-19 como uma dessas doenças. Clique [aqui](#) para ler a nota.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Live da CIIT reúne Inspetores ibero-americanos e OIT em debate sobre futuro da Fiscalização e proteção aos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/09/2020

A Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho – CIIT reuniu Inspetores do Trabalho de diversos países – ibéricos e latinos – e a Organização Internacional do Trabalho – OIT para discutir o presente e o futuro da Inspeção do Trabalho e a proteção dos trabalhadores diante da pandemia do novo coronavírus. O debate ocorreu em webinar nesta sexta-feira, 4 de setembro, no canal da CIIT no YouTube – acesse [aqui](#).

[Trabalho escravo - STF julga ação que questiona constitucionalidade da Lista Suja, nesta sexta-feira, 4](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/09/2020

O Supremo Tribunal Federal – STF irá julgar nesta sexta-feira, 4 de setembro, um pedido da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias – Abrainc para que a portaria do governo federal – Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4/2016 – que mantém a Lista Suja do trabalho escravo seja declarada inconstitucional. O pedido está na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 509, sob relatoria do ministro Marco Aurélio Mello, que chegou a negar uma liminar solicitada pela Abrainc em janeiro de 2018 e levou o caso ao plenário.

[Informativo da CBIC divulga conteúdo da Fiscalização do Trabalho e do SINAIT](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/09/2020

O Radar Trabalhista, informativo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, inclui em seu conteúdo notícias divulgadas pelo SINAIT e também relativas às ações fiscais dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

## Outras Notícias

### [Recepcionista demitida por justa causa não receberá 13º e férias proporcionais](#)

Consultor Jurídico - 04/09/2020

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta a uma empresa o pagamento proporcional das parcelas relativas ao 13º salário e às férias a uma recepcionista demitida por justa causa. Com base na jurisprudência do tribunal, os ministros reformaram a decisão do Tribunal Regional da 4ª Região que havia deferido as verbas trabalhistas à empregada.

### [Covid-19 é ou não doença ocupacional do trabalho?](#)

Consultor Jurídico - 03/09/2020

No último dia 1º, foi publicada pelo Ministério da Saúde a Portaria nº 2.309, de 28 de agosto de 2020, que atualizou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), destinada a orientar os profissionais do Sistema Único de Saúde acerca da caracterização das relações entre as doenças e as ocupações profissionais.

### [Ministério da Saúde volta atrás e retira Covid do rol de doenças ocupacionais](#)

Consultor Jurídico - 02/09/2020

Um dia depois de publicar portaria que incluía a Covid-19, causada pelo novo coronavírus, na lista de doenças ocupacionais, o Ministério da Saúde decidiu voltar atrás e revogou a alteração. O suspensão consta na Portaria 2.345/20, publicada na edição desta quarta-feira (2/9) do Diário Oficial da União. Com a medida, fica sem efeito a Portaria 2.309/20, lançada ontem (1º/9).

### [Justiça do Trabalho gaúcha terá semana só para pagamento de processos com dívida](#)

Consultor Jurídico - 01/09/2020

A Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul promoverá, de 14 a 18 de setembro, a Semana Regional da Execução Trabalhista. O foco do período serão os processos que estão em fase de execução. O anúncio foi feito nesta terça-feira (17/9) pela direção do Tribunal Regional do Trabalho do RS (TRT-RS), por meio de sua assessoria de imprensa.



## Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CNPS Nº 1.341, DE 27 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 31/08/2020 Seção I Pág. 12) - Recomenda que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia encaminhe proposta legislativa para ampliar, em cinco pontos percentuais, a margem do crédito consignado para os titulares de benefícios de aposentadorias e pensão do Regime Geral de Previdência Social, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.973, DE 28 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 31/08/2020 Seção I Pág. 14) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo coronavírus (Covid-19);

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 975, DE 31 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Pág. 10) - Aprova a alocação de recursos à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, para o exercício de 2021, a título de remuneração da fiscalização do FGTS;

[PORTARIA PGFN Nº 20.162, DE 28 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU 01/09/2020 Seção I Pág. 10) - Altera a Portaria PGFN n. 9.924, de 14 de abril de 2020, para prorrogar o prazo de adesão à transação extraordinária, em função dos efeitos da pandemia causada pela COVID-19 na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU;

[PORTARIA RFB Nº 4.255, DE 27 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Pág. 14) - Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica;

[PORTARIA INSS Nº 873, DE 28 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Pág. 19) - Altera a Portaria nº 422/PRES/INSS, de 31 de março de 2020;

[PORTARIA MS Nº 2.309, DE 28 DE AGOSTO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Pág. 40) - Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT);

[RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC ANVISA Nº 418, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Extra Pág. 08) - Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, que dispõe sobre a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN ANVISA Nº 66, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 01/09/2020 Seção I Extra Pág. 08) - Estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, conforme previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017;

[PORTARIA MS Nº 2.345, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 02/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020;

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 03) - Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

[PORTARIA PGFN Nº 20.407, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 27) - Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União;

[PORTARIA RFB Nº 4.287, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 35) - Suspende os procedimentos administrativos de exclusão de contribuintes de parcelamentos celebrados com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por motivo de inadimplência, até 30 de setembro de 2020;

[PORTARIA CONJUNTA SPREV Nº 53, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 37) - Dispõe sobre a confirmação da concessão do auxílio por incapacidade temporária (auxílio doença), requerido com fundamento no art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. (Processo nº 14021.134008/2020-97);

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT Nº 55, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 35) - Suspende o cronograma de novas implantações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial previsto na Portaria SEPRT nº 1.419, de 23 de dezembro de 2019;

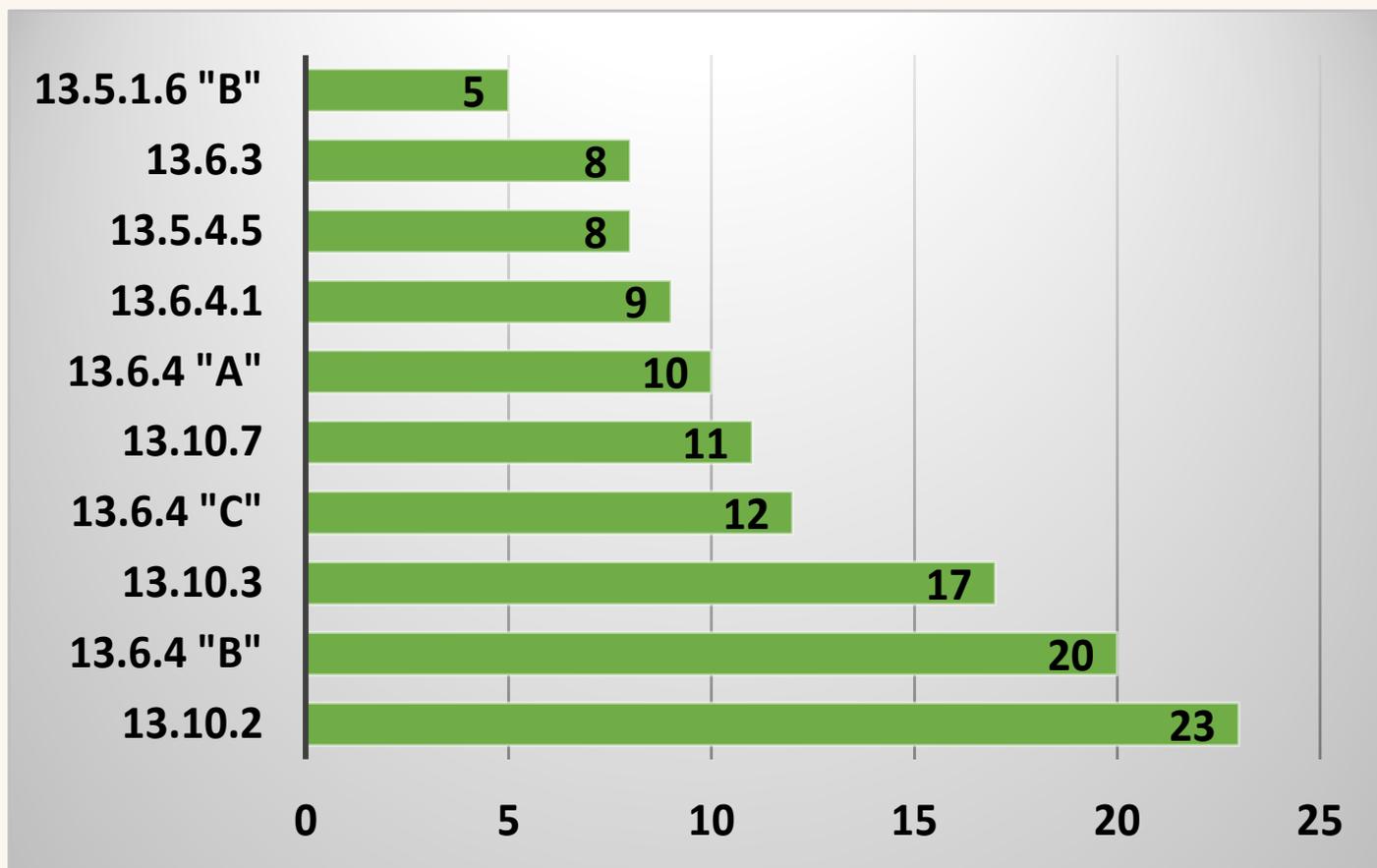
[INSTRUÇÃO NORMATIVA PREVIC Nº 32, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 39) - Altera a instrução Previc nº 9, de 21 de novembro de 2018, que dispõe sobre o licenciamento e funcionamento de planos de benefícios instituídos;

[PORTARIA INSS Nº 892, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 03/09/2020 Seção I Pág. 49) - Dispõe sobre a dispensa de apresentação de documentos originais e altera a Portaria nº 412/PRES/INSS, de 20 de março de 2020;



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 13 (Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento) mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Regularizado na Ação Fiscal:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**13.10.2.** A inspeção de segurança inicial deve ser feita em vasos novos, antes de sua entrada em funcionamento, no local definitivo de instalação, devendo compreender exame externo, interno e teste hidrostático, considerando as limitações mencionadas no subitem 13.10.3.5. (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**13.6.4** Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**b)** “Registro de Segurança” em conformidade com o subitem 13.6.5;

**13.10.3** A inspeção de segurança periódica, constituída por exame externo, interno e teste hidrostático, deve obedecer aos seguintes prazos máximos estabelecidos a seguir: (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**13.6.4** Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**c)** “Projeto de Instalação” em conformidade com o item 13.7;

**13.10.7** Após a inspeção do vaso deve ser emitido “Relatório de Inspeção”, que passa a fazer parte da sua documentação. (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**13.6.4** Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**a)** “Prontuário do Vaso de Pressão” a ser forne-

cido pelo fabricante, contendo as seguintes informações:

**13.6.4.1** Quando inexistente ou extraviado, o “Prontuário do Vaso de Pressão” deve ser reconstituído pelo proprietário com responsabilidade técnica do fabricante ou de “Profissional Habilitado”, citado no subitem 13.1.2, sendo imprescindível a reconstituição das características funcionais, dos dados dos dispositivos de segurança e dos procedimentos para determinação da PMTA. (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**13.5.4.5** A inspeção de segurança periódica, constituída por exames externo e interno, deve obedecer aos seguintes prazos máximos estabelecidos a seguir: (redação dada pela Portaria MTE 594/2014)

**13.6.3** Todo vaso de pressão deve ter afixado em seu corpo em local de fácil acesso e bem visível, placa de identificação indelével com, no mínimo, as seguintes informações: (redação dada pela Portaria SSST 23/1994)

**13.5.1.6** Todo vaso de pressão deve possuir, no estabelecimento onde estiver instalado, a seguinte documentação devidamente atualizada: (redação dada pela Portaria MTE 594/2014)

**b)** Registro de Segurança em conformidade com o item 13.5.1.8;

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*